

Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A.

Relatório e Contas 2017



aquaelvas 



ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	41

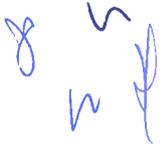




Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço Individual, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respetivo anexo, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017.





1. RELATÓRIO DE GESTÃO





ATIVIDADE DA EMPRESA

A Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, por contrato celebrado a 11 de setembro de 2008, com o Município de Elvas e por um período de 30 anos.



A Concessão tem por objeto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Eventos Relevantes

No dia 26 julho de 2017 foi assinada a alteração de Contrato de Concessão, cujas principais modificações dizem respeito ao facto de a Concessionária passar a dispor de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e várias Estações Elevatórias, para sua gestão e consequentemente manutenção, e a uma ampliação em investimentos anuais em renovação das redes, quer de abastecimento quer de saneamento. Estes novos investimentos estão associados ao seu funcionamento corrente, pelo que serão registados a medida que ocorrerem, sendo o seu valor de aproximadamente 2 milhões de euros.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca de 5,8 milhões de euros, a preços correntes. O valor total do investimento referido deverá realizar-se durante os dez primeiros anos de Concessão.

Além do mencionado Plano de Investimentos, a Aquaelvas irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente, nomeadamente os decorrentes da alteração do Contrato de Concessão de 2017, no valor de aproximadamente de 5,7 milhões de euros.

Plano de Investimentos Executado

O investimento em infraestruturas, realizado durante o ano de 2017, foi de 579.960,72 euros, tendo sido finalizada a execução do Plano de Investimentos.

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquaelvas até ao final de dezembro de 2017 era o que se apresenta no quadro seguinte:





	Ano de 2017
Reforço das zonas do Bairro São Pedro, Carvalha e Revoltilho	138.677,82
Conduta da Boa Fé (Rua Nossa Senhora de Fátima e Rua Mario Cidrais)	57.536,74
Conduta da Calçadinha	473.539,09
Telecomando e telecontrolo	523.311,22
Acondicionamento dos depósitos de água potável	121.271,60
Acondicionamento das instalações de água potável	179.151,23
Plano de Investimentos	
Acondicionamento dos poços/furos	60.635,80
Acondicionamento das diferentes EBAP	172.260,80
Renovação do parque de contadores	631.748,00
SIG	100.000,00
Sectorização	289.404,15
Coletor Geral da Ribeira de Cêto	772.020,83
Subtotal	3.519.557,28
Acondicionamento das diferentes EEAR	86.819,43
Saneamento - Linha do Hospital	507.450,83
Plano Diretor	30.000,00
Saneamento - Avenida da Piedade, estrada de Santa Rita e Avenida António Sardinha	166.784,25
Realização de Benefeitorias oferecidas para os sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas	
Saneamento - Estrada e Loteamento da Carvalha	226.356,13
Adução a São Lourenço	61.828,28
Coletor do Bairro Europa e Rua de Portalegre	234.127,89
Instalação da Estação de Tratamento de Água no Caia	23.011,68
Coletor da Piedade. Troço de coletor junto ao restaurante "El Cristo"	73.858,48
Interceptor da ribeira do Can-Cão	559.338,92
Coletor Pluvial da Rua do Matadouro ao Lagar dos Frades	147.508,41
Remodelação coletores unitários entre Tv. Novo Espírito Santo, R. Padrão e o Beco do Quartel	147.006,50
Subtotal	2.264.090,80
Total	5.783.648,08

Melhorias Fora do Plano de Investimentos

O detalhe relativo às melhorias não mencionadas no Plano de Investimento e realizadas durante o ano de 2017 é o seguinte:

Limpeza de Reservatórios de Água Potável

A rede de abastecimento de água em baixa no Concelho de Elvas tem um total de 15 reservatórios de água potável, os quais totalizam 14.750 m³ de capacidade (cerca de 3 dias de consumo total do Concelho). Depois dos mesmos estarem despejados, as limpezas consistem na remoção de lamas e areias, manualmente e através do auxílio de um camião de limpeza, sendo depois efetuada a desinfecção e limpeza com produtos próprios para depósitos de águas para consumo humano. A limpeza dos reservatórios foi feita em novembro de 2017.





jo
m
n
p

Plano de redução de fugas

Foram efetuadas várias intervenções no âmbito do plano de deteção de fugas, tendo como objetivo a redução de fugas e a identificação de fraudes. O Plano de deteção de fugas consiste em relacionar zonas de consumo e faturação com os volumes de água disponibilizados nessas mesmas zonas, sendo que, perante rendimentos baixos é realizado um rastreio da rede de abastecimento através de equipamento específico e diminuindo as zonas de consumo através do fecho de válvulas.

De salientar que, a articulação desta melhoria com a de Setorização e Telecontrolo e Telegestão, permitiu delimitar e seccionar zonas, bem como conhecer consumos diários de cada zona.

Desmatização e limpeza junto a instalações da rede de abastecimento de água e saneamento

De forma a permitir um rápido e fácil acesso às instalações da rede de abastecimento de água e saneamento, são anualmente realizados trabalhos de limpeza e desmatização da zona envolvente de alguns locais que requerem mais manutenção, tais como: captação Trinta Alferes, depósito de Santa Eulália, CE4, CE 5, depósito do Caia, depósito da Conceição, depósito da Calçadinha e depósito de Vila Boim.

Substituição e colocação de doseadoras de cloração em depósitos de água

Durante o ano de 2017 foram substituídas as doseadoras de hipoclorito para reforço da desinfeção da água para consumo humano, nos seguintes locais: reservatórios do Caia, da Calçadinha, do Vedor e de Alcáçova.

Desratização e desbaratização

Anualmente são efetuadas quatro intervenções de desratização e quatro de desbaratização em toda a rede de saneamento com maior incidência nos descarregadores de tempestade situados imediatamente antes dos emissários. Não obstante, qualquer reclamação nos períodos intermédios dá sempre origem a intervenções pontuais nos locais afetados.

ASPETOS TÉCNICOS

Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela Aqualvas, aos utilizadores do concelho de Elvas é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2017. Este programa foi aprovado em 29 de Dezembro de 2016 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, estabelecido de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Agosto.



No ano de 2017, o cumprimento dos valores legislados foi de 99,55%, o que se considera muito satisfatórios. Num total de 888 parâmetros analisados ao longo de 2017, apenas em 4 foram registados incumprimentos.





Em 2017, a ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) atribuiu um “Selo de qualidade exemplar da água para consumo humano” à Aqualvas.



Volumes de água comprada e captada

Em 2017 o volume de água comprada foi de 1.420.777 metros cúbicos. Em relação à água captada em 2017, este foi de 75.291 metros cúbicos. A água captada serve para abastecer zonas de abastecimento não servidas pela água em “alta”, sendo estas Caia, Casas Novas, Calçadinha e uma zona de Vila Boim.

Volume faturado por tipo de utilizador

O volume faturado em 2017 aumentou 2,74% relativamente a 2016. O aumento do volume faturado ficou a dever-se às características do ano de 2017, sendo este caracterizado por um clima mais quente e seco que o de 2016. Verificou-se um aumento dos volumes não domésticos e IPSS, e principalmente do volume faturado ao Município (+27%).

De uma forma geral, o número total de clientes aumentou em 2017 em relação a 2016.

Interrupções de fornecimento de água planeadas e não planeadas

Em termos operacionais, durante o ano ocorreram 153 interrupções no fornecimento de água, ocasionadas por reparações de condutas e ramais, das quais 6 afetaram o abastecimento num período superior a 6 horas.

Instalação de contadores

Foi realizado um estudo do parque de contadores existentes com uma amostra de contadores, do qual resultou uma campanha de substituição de 1.072 contadores por subcontagem. Para além destes foram ainda substituídos mais 58 contadores por antiguidade e 204 contadores por outras causas. Foram assim substituídos um total de 1.334 contadores durante o ano de 2017.

Intervenções na rede de água potável

O número total de intervenções realizadas na rede de abastecimento em 2017 foi de 153 sendo 81 em ramais de abastecimento e 72 em condutas. Foram renovados 555 metros de condutas na rede de abastecimento de água e construídos 13 novos ramais de água no âmbito de uma obra de renovação da rua de Vila Viçosa em Vila Boim.

Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

O número total de intervenções realizadas na rede de saneamento em 2017 foi de 252. Destas, 73 foram em ramais de saneamento e 179 em coletores. As avarias registadas são quase na totalidade referentes a trabalhos de desobstrução.

Limpeza da rede de águas residuais e fossas

Além das intervenções para resolver anomalias no sistema, foram realizadas operações de limpeza e manutenção, das quais resultou a limpeza de 25.200 metros da rede de saneamento. Foram também efetuadas 6 limpezas de fossas de água residual.





SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerada um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.

A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração nas condições existentes.



A Aqualvas obteve em novembro de 2015 a certificação de conformidade do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho de acordo com a Norma OHSAS 18001.

SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE E AMBIENTE

A Aqualvas tem implementado o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, que está certificado de acordo com a norma ISO 9001 e norma ISO 14001, respetivamente.

OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aqualvas assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Elvas, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a Aqualvas apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aqualvas tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Aqualvas é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.



Neste sentido, a Aqualvas procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.





O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no período findo em 2017 de 21 pessoas (em 2016 foi de 20 pessoas).

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aquaelvas espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço privado de cariz público essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançadas pela Aquaelvas no ano de 2017, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do período e as respetivas notas.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 2.889 milhares de euros (2.309 milhares de euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 580 milhares de euros originados pela aplicação da IAS 11), em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o período atual com o anterior, regista-se um decréscimo na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de cerca de 1,60% (de 2.346.472,35 euros em 2016 para 2.308.910,05 euros em 2017) e a rubrica de rendimentos originados pela aplicação da IAS 11, aumentou a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise em cerca de 31% (de 442.102,02 euros em 2016 para 579.960,72 euros em 2017).

Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aquaelvas, em 2017, foi de 2.960.924,21 euros o qual, comparado com o período anterior, que foi de 2.482.521,22 euros, representa um acréscimo de 19,27%. Estes valores não incluem o imposto sobre o rendimento.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados sobre o inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 720.357,68 euros, representando cerca de 24,33% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma registava 523.176,33 euros, representando então cerca de 21,07% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de 37,69%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção) registou 810.371,69 euros, representando cerca de 28,74 % do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma registava 677.669,06 euros, representando então cerca de 27,30% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de 19,58%.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos no ano de 2017, contribuiu para 20,57 % dos gastos totais, o equivalente a 579.960,72 euros para o período em análise.





Handwritten signature in blue ink.

Os gastos com o pessoal, no montante de 432.916,36 euros, representam cerca de 15,35% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma rubrica registava 424.338,48 euros, representando então cerca de 17,09% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica gastos com o pessoal foi de 2,02%.

A rubrica de outros gastos registou em 2017 o valor de 129.813,83 euros (4,60% do total dos gastos do período), tendo registado em 2016 o montante de 121.964,16 euros (4,91% do total dos gastos do período).

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações permaneceu estável, apresentando o valor de 204.031,17 euros, para o período em análise, face a 206.618,13 euros no período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respetivamente 7,24% e 8,32%.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aqualvas registou no ano de 2017 o montante de 81.932,32 euros (equivalente a 2,91% do total dos gastos do período), que, em comparação com o ano anterior, representa um decréscimo de 5,45%, quando a mesma rubrica em 2016 registava 86.653,04 euros (equivalente a 3,49% do total dos gastos do período).

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aqualvas foi em 2017 de 3.034.794 euros o qual, comparado com o período anterior, que foi de 2.801.624,84 euros, representa um aumento de 8,32%.

A rubrica de vendas e serviços prestados (sem a parte respeitante à realização do plano de investimento) registou em 2017 2.308.910,05 euros que, comparado com o período anterior, revela um decréscimo de 1,60% face ao valor de 2.346.472,35 euros de 2016.

A rubrica Vendas e prestações de serviços - Subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 – Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos, contribuiu em 2017 com 579.960,72 euros, face ao valor de 442.102,02 euros apresentado no período anterior.

A rubrica de outros rendimentos, que registou 145.923,23 euros, a mesma rubrica registava em 2016 o valor de 5.869,00 euros.

Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período, que ascende a 54.872,85 euros, representa uma diminuição face ao período anterior, que havia registado um resultado positivo de 242.881,31 euros.

Evolução dos Capitais Próprios

Relativamente à evolução da rubrica de capitais próprios da Aqualvas, a mesma apresenta no final do período de 2017 uma recuperação de aproximadamente 54.873 euros.

Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, a Aqualvas continua confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

Ainda que muito dependentes da conjuntura económica nacional, os resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.





Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 359.833,28 euros relativamente ao período em análise, apresentando uma diminuição (41,24%) comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, uma diminuição, situando-se no final de 2017 em 155.802,11 euros.

	Ano 2017	Ano 2016
Rentabilidade do ativo total	1,05%	4,77%
Rentabilidade dos capitais próprios	12,67%	64,24%
Rentabilidade das vendas	1,90%	8,71%
EBITDA	359.833,28 €	612.374,79 €
EBIT	155.802,11 €	405.756,66 €

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, nos dois últimos anos, reflete uma tendência de melhoria entre as principais rubricas do ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 5.091.193,72 euros em 2016 para 5.224.059,57 euros em 2017.

Em termos desagregados, os capitais próprios melhoram, passando de 378.079,76 euros em 2016 para 432.952,61 euros em 2017, tendo reforçado a sua importância na estrutura de capitais, passando de -8,02% para 9,04%. O passivo passou de 4.713.113,96 euros em 2016 para 4.791.106,96 euros em 2017.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2017, em termos percentuais, uma relativa melhoria dos mesmos face ao ano de 2016:

	Ano 2017	Ano 2016
Capitais próprios	432.952,61 €	378.079,76 €
Passivo total	4.791.106,96 €	4.713.113,96 €
Passivo corrente	2.229.106,96 €	1.571.153,28 €
Ativo total	5.224.059,57 €	5.091.193,72 €
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	8,29%	7,43%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	9,04%	8,02%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	91,71%	92,57%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	46,53%	33,34%

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do período.





EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Aqualvas encontra-se em mandato para o triénio 2016-2018.

A Administração da Aqualvas está determinada em prosseguir a implementação de reformas que contribuam para uma otimização de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência do grupo empresarial em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, a Aqualvas encara o futuro com otimismo e confiança.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social ou a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 54.872,85 euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: 54.872,85 Euros





AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aquaelvas aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Elvas, a 28 de março de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luis Francisco de Lope Alonso

Presidente

Guillermo Moya García-Renedo

Vogal

Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal

Jesús Ortega Roldán

Vogal



Handwritten blue scribbles and initials in the top right corner.



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em euros

	NOTAS	2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2 ; 6	12.568,79	23.806,41
Ativos intangíveis	3.1 ; 3.3 ; 6	4.112.929,04	4.305.722,59
Outros ativos financeiros		1.044,58	158,94
Ativos por impostos diferidos	3.5 ; 7	183.171,41	192.582,41
subtotal		4.309.713,82	4.522.270,35
Ativo corrente			
Inventários	3.6 ; 15	23.897,46	26.215,23
Clientes	3.8 ; 9	335.799,51	286.004,26
Estado e outros entes públicos	3.5 ; 8	67.997,62	0,00
Outros créditos a receber	3.8 ; 9	214.353,50	68.877,39
Diferimentos	10	79.530,28	6.652,63
Caixa e depósitos bancários	3.8 ; 4	192.767,38	181.173,86
subtotal		914.345,75	568.923,37
Total do ativo		5.224.059,57	5.091.193,72
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	3.7 ; 13	50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	3.7 ; 13	352.000,00	352.000,00
Reserva legal	3.7 ; 13	10.000,00	10.000,00
Resultados transitados	3.7 ; 13	(33.920,24)	(276.801,55)
Resultado líquido do período	3.7 ; 13	54.872,85	242.881,31
Total do capital próprio		432.952,61	378.079,76
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3.11 ; 6	0,00	579.960,68
Financiamentos obtidos	3.8 ; 11	2.562.000,00	2.562.000,00
subtotal		2.562.000,00	3.141.960,68
Passivo corrente			
Fornecedores	3.8 ; 12	46.066,55	211.611,79
Adiantamentos de clientes	3.8 ; 9	11.745,34	19.601,12
Estado e outros entes públicos	3.5 ; 8	10.979,82	61.876,08
Outras dívidas a pagar	3.8 ; 12	2.160.315,25	1.278.064,29
subtotal		2.229.106,96	1.571.153,28
Total do passivo		4.791.106,96	4.713.113,96
Total do capital próprio e do passivo		5.224.059,57	5.091.193,72

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2017	2016
Vendas e serviços prestados	3 9 ; 14	2.888.870,77	2.788.574,37
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 6 ; 15	(720.357,68)	(523.176,33)
Fornecimentos e serviços externos	16	(1.390.332,41)	(1.119.771,08)
Gastos com o pessoal	17	(432.916,36)	(424.338,48)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	9	(1.540,44)	7.181,47
Outros rendimentos	18	145.923,23	5.869,00
Outros gastos	19	(129.813,83)	(121.964,16)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		359.833,28	612.374,79
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	20	(204.031,17)	(206.618,13)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		155.802,11	405.756,66
Juros e gastos similares suportados	21	(81.932,32)	(86.653,04)
Resultado antes de impostos		73.869,79	319.103,62
Impostos sobre o rendimento do período	22	(18.996,94)	(76.222,31)
Resultado líquido do período		54.872,85	242.881,31

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Tiago Santos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em euros

RUBRICAS	NOTAS	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		2 230 901,03	2 373 276,07
Pagamentos a fornecedores		(1.251 990,83)	(1 731 320,93)
Pagamentos ao pessoal		(430 888,50)	(416.714,93)
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(124 905,39)	(42 072,48)
Outros recebimentos/pagamentos		(147 565,39)	(111 141,43)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		276.550,92	72.026,30
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	(4 866,00)
Ativos intangíveis		(207.799,99)	(61 131,87)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(207.799,99)	(65.997,87)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(56 157,41)	(117.808,23)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(56.157,41)	(117.808,23)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		11.593,52	(111.779,80)
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	181.173,86	292.953,66
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	192.767,38	181.173,86

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital nominal	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do exercício		50.000,00	352.000,00	10.000,00	(276.801,55)	242.881,31	378.079,76
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados	13				242.881,31	(242.881,31)	
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		50.000,00	352.000,00	10.000,00	(33.920,24)		378.079,76
Resultado líquido do período						54.872,85	54.872,85
Posição no fim do período		50.000,00	352.000,00	10.000,00	(33.920,24)	54.872,85	432.952,61

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital nominal	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do exercício		50.000,00	352.000,00	4.118,35	(428.933,60)	158.013,70	135.198,45
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados	13			5.881,65	152.132,05	(158.013,70)	
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		50.000,00	352.000,00	10.000,00	(276.801,55)	0,00	135.198,45
Resultado líquido do período						242.881,31	242.881,31
Posição no fim do período		50.000,00	352.000,00	10.000,00	(276.801,55)	242.881,31	378.079,76

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

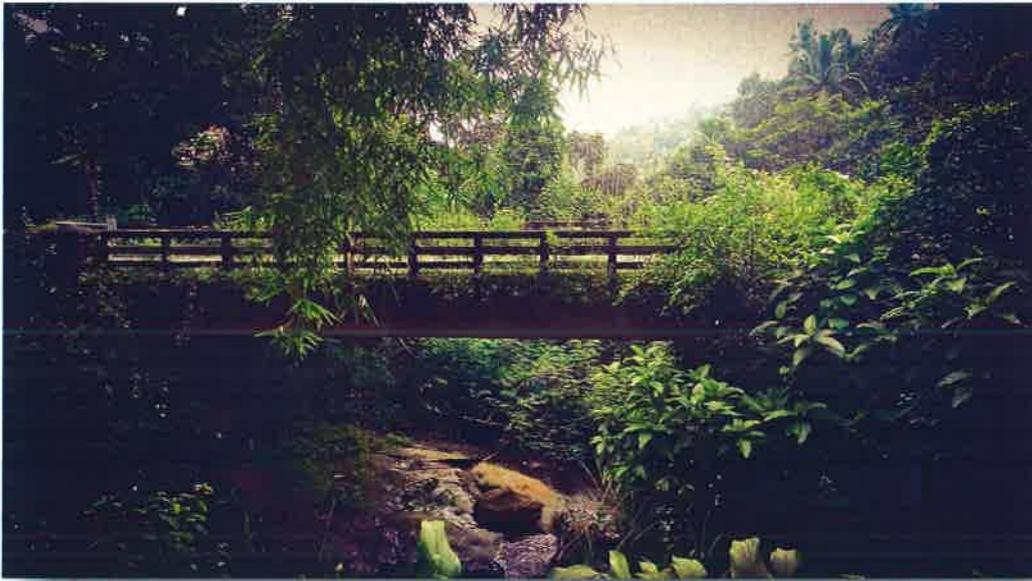
O CONTABILISTA CERTIFICADO

Tiago Santos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Handwritten initials and signatures in blue ink.



3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





Handwritten initials and marks in blue ink, including 'IS', 'JP', and 'W'.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aqualvas - Águas de Elvas, S.A. ("Empresa" ou "Aqualvas") é uma sociedade anónima, com sede na Praça da República, nº 12 em Elvas, constituída em 19 de agosto de 2008, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de maio de 2009, tendo como atividade principal a concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, incluindo esta atividade, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de agosto de 2009, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aqualvas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.1 ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma atividade que consiste na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. A mesma é desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Município e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a Empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos da legislação em vigor, controla entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a Empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).





IS
20
5
h
H

IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento inicial de 5.784 milhares de Euros (Nota 6).

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aqualvas reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	8 a 10 anos
Grupo 3 - Máquinas, aparelhos e ferramentas	1 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.





IB
PO
W
J

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, que são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeira.

3.4 IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.





Handwritten initials and scribbles in blue ink, including the letters 'IS' and 'S'.

3.5 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.6 INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários aos inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas em resultados.

3.7 CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se, após o seu reembolso, o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).





AS
S
M

Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no período.

3.8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Diferimentos;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras dívidas a pagar.

Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.





Handwritten blue notes and signatures in the top right corner.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9 RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.10 ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos períodos, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos





IS
SA
W
H

futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.11 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.12 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.13 GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal cliente são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.14 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.





Handwritten notes in blue ink, including the letters 'B', 'R', 'n', and a signature.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 era:

	Ano 2017	Ano 2016
Caixa	4.750,00 €	4.408,60 €
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta	12.860,12	13.241,63 €
Caixa Geral de Depósitos	175.157,26	163.523,63 €
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	192.767,38 €	181.173,86 €

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros que devessem ser corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:





Handwritten initials and signatures in blue ink, including 'A', 'S', and a signature.

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2016	Aumentos e transferências	Saldo em 31.12.2017
Ativos fixos tangíveis			
Equipamento básico	108 090,46 €	0,00 €	108 090,46 €
Equipamento administrativo	34 511,54 €	0,00 €	34 511,54 €
Total	142.602,00 €	0,00 €	142.602,00 €

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2016	Aumentos e transferências	Saldo em 31.12.2017
Ativos fixos tangíveis			
Equipamento básico	99 993,12 €	(4 237,01) €	95.756,11 €
Equipamento administrativo	18.802,47 €	15 474,63 €	34 277,10 €
Total	118.795,59 €	11.237,62 €	130.033,21 €
Saldo líquido	23.806,41 €	(11.237,62) €	12.568,79 €

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e transferências	Saldo em 31.12.2016
Ativos fixos tangíveis			
Equipamento básico	103 224,46 €	4 866,00 €	108 090,46 €
Equipamento administrativo	34 511,54 €	0,00 €	34 511,54 €
Total	137.736,00 €	4.866,00 €	142.602,00 €

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e transferências	Saldo em 31.12.2016
Ativos fixos tangíveis			
Equipamento básico	87.047,14 €	12 945,98 €	99.993,12 €
Equipamento administrativo	17 923,87 €	878,60 €	18.802,47 €
Total	104.971,01 €	13.824,58 €	118.795,59 €
Saldo líquido	32.764,99 €	(8.958,58) €	23.806,41 €

Em 2017 foram efetuadas reclassificações de amortizações acumuladas entre equipamento básico e equipamento administrativo, pois encontravam-se incorretamente classificadas em equipamento básico.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2016	Aumentos e transferências	Saldo em 31.12.2017
Ativos intangíveis em Firme	5.783.648,07 €	0,00 €	5.783.648,07 €
Total	5.783.648,07 €	0,00 €	5.783.648,07 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2016	Aumentos e transferências	Saldo em 31.12.2017
Ativos intangíveis em Firme	1.477.925,48 €	192.793,55 €	1.670.719,03 €
Total	1.477.925,48 €	192.793,55 €	1.670.719,03 €
Saldo líquido	4.305.722,59 €	(192.793,55) €	4.112.929,04 €
ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e transferências	Saldo em 31.12.2016
Ativos intangíveis em Firme	5.783.648,07 €	0,00 €	5.783.648,07 €
Total	5.783.648,07 €	0,00 €	5.783.648,07 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e transferências	Saldo em 31.12.2016
Ativos intangíveis em Firme	1.285.131,93 €	192.793,55 €	1.477.925,48 €
Total	1.285.131,93 €	192.793,55 €	1.477.925,48 €
Saldo líquido	4.498.516,14 €	(192.793,55) €	4.305.722,59 €

Provisões

As provisões registadas são referentes, essencialmente, ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, se encontra em falta efetuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2017	Ano 2016
Saldo inicial	579.960,68 €	1.022.062,70 €
Diminuições		
Plano de Investimento (Nota 14 e 16)	(579.960,68) €	(442.102,02) €
Saldo final	0,00 €	579.960,68 €

Em 31 de dezembro de 2017 o plano de investimento encontra-se totalmente executado.





Handwritten signature or initials in blue ink.

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2017	Ano 2016
	Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
Saldo inicial	192.582,41 €	180.569,28 €
Efeitos na demonstração de resultados		
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 22)	(9.411,00) €	12.013,13 €
Total dos efeitos na demonstração de resultados	(9.411,00) €	12.013,13 €
Saldo final	183.171,41 €	192.582,41 €

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi de 21%, acrescida de derrama municipal.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2017	Ano 2016
Ativo		
Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas		
Imposto sobre o rendimento do período (Nota 22)	(9.585,94) €	0,00 €
Pagamentos por conta pagos em 2017	77.347,53 €	0,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	236,03 €	0,00 €
Total	67.997,62 €	0,00 €
	Ano 2017	Ano 2016
Passivo		
Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas		
Imposto sobre o rendimento do período (Nota 22)	0,00 €	88.235,44 €
Pagamentos por conta pagos em 2016	0,00 €	(40.677,57) €
Retenção de impostos sobre o rendimento de pessoas singulares	3.227,64 €	3.018,69 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00 €	3.113,12 €
Contribuições para a segurança social	7.721,91 €	8.186,40 €
Outros impostos	30,27 €	0,00 €
Total	10.979,82 €	61.876,08 €





TS
B
a
v
H

9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Clientes” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2017	Ano 2016
Clientes		
Clientes C/C	347.988,20 €	296.652,51 €
Perdas por imparidade acumuladas	(12.188,69) €	(10.648,25) €
Total	335.799,51 €	286.004,26 €

Perdas por imparidade

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2017	Ano 2016
Saldo inicial	(10.648,25) €	(17.829,72) €
Reforço	(18.136,38) €	(25.292,45) €
Reversão	16.595,94 €	32.473,92 €
Saldo final	(12.188,69)	(10.648,25)
Varição Ano	(1.540,44)	7.181,47

Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Outros créditos a receber” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2017	Ano 2016
Outros créditos a receber		
Estimativa de produção pendente de faturação (a)	67.701,97 €	63.627,39 €
Desconto compra de água pendente de faturação	141.401,53 €	0,00 €
Outros devedores	5.250,00 €	5.250,00 €
Total	214.353,50 €	68.877,39 €

(a) O valor da rubrica estimativa de produção pendente de faturação, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfasamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados.

A rubrica “Desconto compra de água”, no montante de 141.404,53 euros, refere-se aos rendimentos a faturar relacionados com o desconto na compra de água acordado com o Município de Elvas (Notas 15 e 18).

Adiantamentos de clientes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Adiantamentos de clientes” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2017	Ano 2016
Adiantamentos de clientes	11.745,34 €	19.601,12 €
Total	11.745,34 €	19.601,12 €





TS
 20
 W J

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Diferimentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2017	Ano 2016
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	79.530,28 €	6.652,63 €
Total	79.530,28 €	6.652,63 €

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Diferimentos – Gastos a reconhecer” inclui faturas relativas a compra de água de saneamento, referentes ao período de 2017, que apenas serão reconhecidas como gasto a partir de janeiro de 2018 (momento da correspondente atualização de tarifas) e até ao final da concessão.

11. PARTES RELACIONADAS

A Empresa faz parte do grupo FCC através da participação de 100,00 % da empresa FCC Aqualia, S.A. (FCC Aqualia). As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respetivo grupo.

A partir do Acordo-Quadro de Reestruturação e do Contrato de Financiamento subscrito por um grupo de empresas liderado pela FCC, S.A. (FCC) e entre as quais se encontra a Aqualia e a quase totalidade dos seus credores financeiros, em 26 de junho de 2014 procedeu-se à assinatura de um contrato de empréstimo empresa a FCC e a Empresa. Adicionalmente, em fevereiro de 2017, a FCC Aqualia, tomou a posição da FCC, pelo que a Empresa deixou de ser garante no acordo de refinanciamento subscrito em 2014 entre a FCC e a quase totalidade dos seus credores financeiros.

Em 24 de fevereiro de 2017 o empréstimo, no montante total de 987.000 euros, foi assumido pela FCC Aqualia, com vencimento em 08 de junho de 2022 e com uma taxa de juro de 3,25%.

No que concerne ao financiamento de 1.575.000 euros refere-se a um contrato de suprimentos contraído por um ano, renovável automática e sucessivamente por iguais períodos, o qual vence a 31 de janeiro de cada ano. A renovação ocorre caso não haja comunicação prévia do acionista, com pelo menos, 45 dias de antecedência. O mesmo vence juros indexados à Euribor a 3 meses acrescida de 3%. Até 31 de dezembro de 2017 e 2016, o acionista não manifestou a intenção de não renovação deste contrato, razão pela qual se encontra registado como passivo não corrente.

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2017			Ano 2016		
	Fornecedores (Nota 12)	Financiamentos obtidos - Não Corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 12)	Fornecedores (Nota 12)	Financiamentos obtidos - Não Corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 12)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	17.101,92 €	0,00 €	1.376.824,42 €	0,00 €	0,00 €	1.004.663,69 €
FCC S.A.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	987.000,00 €	19.666,52 €
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	4.128,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.920,45 €
FCC Aqualia S.A.	0,00 €	2.562.000,00 €	124.590,45 €	0,00 €	1.575.000,00 €	79.149,02 €
Total	21.230,57 €	2.562.000,00 €	1.501.414,87 €	0,00 €	2.562.000,00 €	1.106.399,68 €





Handwritten signatures and initials in blue ink.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2017			Ano 2016			
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	Outros gastos (Nota 19)	Juros e gastos similares suportados (Nota 21)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	Vendas (Nota 14)	Outros gastos (Nota 19)	Juros e gastos similares suportados (Nota 21)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	781.143,96 €	0,00 €	0,00 €	615.124,55 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
FCC S.A.	0,00 €	0,00 €	6.675,42 €	0,00 €	0,00 €	9.501,51 €	43.432,39 €
Hidrotec, Tecnología del Agua S.L.U.	24.713,05 €	0,00 €	0,00 €	24.756,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aqualia Intech S.A.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8.057,07 €	0,00 €	0,00 €
FCC Aqualia S.A.	0,00 €	9.601,55 €	75.256,90 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	43.220,65 €
Total	805.857,01 €	9.601,55 €	81.932,32 €	639.880,76 €	8.057,07 €	9.501,51 €	86.653,04 €

12. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2017	Ano 2016
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	21.230,57 €	0,00 €
Fornecedores C/C	24.835,98 €	211.611,79 €
Total	46.066,55 €	211.611,79 €

	Ano 2017	Ano 2016
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	544,21 €	20,47 €
Fornecedores de investimentos (nota 11)	1.376.824,42 €	1.004.663,69 €
Credores por acréscimos de gastos		
Partes relacionadas (nota 11) - FCC Aqualia S.A.	77.692,82 €	79.149,02 €
Partes relacionadas (nota 11) - FCC S.A.	0,00 €	19.666,52 €
Partes relacionadas (nota 11) - Hidrotec	0,00 €	2.920,45 €
Outros acréscimos de gastos	57.478,21 €	110.912,23 €
Devedores e credores diversos		
Outros Credores Diversos	600.877,96 €	60.731,91 €
Partes relacionadas (nota 11) - FCC Aqualia S.A.	46.897,63 €	0,00 €
Total	2.160.315,25 €	1.278.064,29 €

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outras dívidas a pagar” inclui saldos com partes relacionadas nos montantes de 1.501.414,87 Euros e 1.106.399,68 Euros, respetivamente (Nota 11).

13. CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2017, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 50.000 ações com o valor nominal de 1 Euro cada.





15
 20
 21

Reserva Legal

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada período, deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da empresa, depois de esgotadas todas as outras reservas. Em 31 de dezembro de 2017 a Reserva Legal encontra-se totalmente realizada.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 19 de maio de 2017, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 242.881,31 Euros, foi transferido para a rubrica de resultados transitados.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 30 de junho de 2016, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de 158.013,70 Euros, foi transferido para reserva legal no montante de 5.881,65 Euros e o remanescente para a rubrica de resultados transitados.

14. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2017	Ano 2016
Vendas	2.146.789,84 €	2.211.265,01 €
Serviços prestados	162.120,21 €	135.207,34 €
Subcontratos (1) (Nota 6)	579.960,72 €	442.102,02 €
Total	2.888.870,77 €	2.788.574,37 €

(1) Corresponde à componente de proventos relacionados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas.

15. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2017	Ano 2016
Matérias-primas		
Inventários iniciais	26.215,23 €	29.629,98 €
Compras	718.039,91 €	519.761,58 €
Inventários finais	23.897,46 €	26.215,23 €
Total	720.357,68 €	523.176,33 €

A rubrica “Compras” refere-se na sua totalidade ao valor adquirido de água em 2017, sendo que ao valor indicado deve-se descontar o montante referido na rubrica “Outros rendimentos – Desconto compra de água” no montante de 141.401,53 euros (nota 18). Este valor corresponde a 35% de desconto na compra de água, conforme a alteração ao contrato de concessão assinado em 2017 e que será faturado em 2018 (Nota 9).

O valor final da compra de água em 2017 deverá ser de 576.635,38 euros.





Handwritten initials and marks in blue ink, including 'M', 'P', 'N', and 'H'.

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2017	Ano 2016
Subcontratos (1) (Nota 6)	579.960,72 €	442.102,02 €
Serviços especializados	463.671,01 €	369.988,31 €
Materiais	19.841,64 €	7.009,97 €
Energia e fluidos	140.230,90 €	131.230,38 €
Deslocações, estadas e transportes	10.102,61 €	3.520,73 €
Serviços diversos	176.525,53 €	165.919,67 €
Total	1.390.332,41 €	1.119.771,08 €

(1) Corresponde à componente de custos incorridos na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 805.857,01 Euros e 639.880,75 Euros, respetivamente (Nota 11).

17. GASTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2017	Ano 2016
Remunerações	317.617,12 €	322.398,88 €
Encargos sociais	76.951,64 €	72.338,74 €
Seguros de acidentes de trabalho	4.406,19 €	5.086,87 €
Gastos de ação social (SHT)	0,00 €	262,40 €
Outros gastos com o pessoal	33.941,41 €	24.251,59 €
Total	432.916,36 €	424.338,48 €

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, repartido por empregados e assalariados foi no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 de 21 e 20 colaboradores, respetivamente.

18. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros rendimentos” é detalhada como se segue:

	Ano 2017	Ano 2016
Rendimentos suplementares	0,00 €	40,80 €
Excesso da estimativa para impostos	0,00 €	2.274,30 €
Outros rendimentos - Desconto compra de água	141.401,53 €	0,00 €
Outros rendimentos	4.521,70 €	3.553,90 €
Total	145.923,23 €	5.869,00 €

A rubrica “Outros rendimentos – Desconto compra de água” no montante de 141.401,53 euros refere-se aos rendimentos a faturar relacionados com o desconto na compra de água (Nota 9 e 15).





Handwritten blue scribbles and initials in the top right corner.

19. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2017	Ano 2016
Impostos e taxas	37.458,41 €	19.299,32 €
Donativos	0,00 €	300,00 €
Quotizações	620,00 €	120,00 €
Multas e penalidades	71,16 €	21,11 €
Serviços bancários	68.248,61 €	65.997,24 €
Dívidas incobráveis	17.561,61 €	32.473,92 €
Correções relativas a períodos anteriores	120,00 €	0,00 €
Outros gastos	5.734,04 €	3.752,57 €
Total	129.813,83 €	121.964,16 €

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os “Outros gastos” incorridos com partes relacionadas ascendem a 9.601,55 Euros e a 9.501,51 Euros, respetivamente (Nota 11).

20. GASTOS DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe da rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” era o seguinte:

	Ano 2017	Ano 2016
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento básico	10.813,74 €	12.945,98 €
Equipamento administrativo	423,88 €	878,60 €
Ativos intangíveis		
Outros ativos intangíveis (Reversíveis)	192.793,55 €	192.793,55 €
Total	204.031,17 €	206.618,13 €

21. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresentava no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte composição:

	Ano 2017	Ano 2016
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	81.932,32 €	86.653,04 €
Total	81.932,32 €	86.653,04 €

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica inclui transações com partes relacionadas nos montantes de 81.932,32 Euros e 86.653,04 Euros, respetivamente (Nota 11).



Handwritten blue scribbles and initials in the top right corner.

22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município de Elvas, a derrama é de 0,4%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 21,4%.

Para o período de 2017, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2014 a 2017 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais (PF) apurados em 2017 são reportáveis durante um período de cinco anos (doze anos para os PF apurados entre 2014 e 2016 e cinco anos para os apurados em 2012 e 2013).

Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis passou a estar limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.





IS
W
S
O
F

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme segue:

	Ano 2017	Ano 2016
Resultado antes de impostos	73.869,79 €	319.103,62 €
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	192.793,55 €	192.793,55 €
Donativos	0,00 €	300,00 €
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infrações	71,16 €	21,11 €
Correções relativas a períodos anteriores	120,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	17.744,07 €
Créditos incobráveis não aceites	17.561,61 €	32.473,92 €
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(234.620,20) €	(139.401,87) €
Reversão imparidade	(16.595,94) €	(32.473,92) €
Lucro tributável	33.199,97 €	390.560,48 €
Prejuízos reportados de anos anteriores	0,00 €	0,00 €
Matéria coletável	33.199,97 €	390.560,48 €
Coleta	6.371,99 €	81.417,70 €
Derrama	132,80 €	1.562,24 €
Tributações autónomas	3.081,15 €	5.255,49 €
Imposto corrente do exercício (Nota 8)	9.585,94 €	88.235,43 €
Pagamento especial por conta	0,00 €	0,00 €
Retenções na fonte	0,00 €	0,00 €
Pagamento por conta (Nota 8)	77.347,53 €	40.677,57 €
IRC a pagar/(recuperar)	(70.975,54) €	40.740,13 €
Total a pagar/(recuperar) (Nota 8)	(67.761,59) €	47.557,86 €
Imposto corrente do exercício (Nota 8)	9.585,94 €	88.235,43 €
Imposto diferido ativo (Nota 7)	9.411,00 €	(12.013,13) €
Imposto do exercício	18.996,94 €	76.222,28 €

As diferenças temporárias relativas a amortizações de investimentos reversíveis correspondem à diferença existente entre as amortizações contabilísticas do ativo intangível (pelo período da concessão) e as amortizações aceites para efeitos fiscais.

23. ATIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não existiam na Aquaelvas ativos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.



TS
W
S
P

24. MÚTUOS E GARANTIAS

Continuidade das operações

Risco de liquidez

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de dezembro de 2017, a empresa apresentava Caixa e equivalentes no montante de 192.767,38 Euros, tendo gerado um fluxo de caixa das atividades operacionais de 275.550,92 Euros, não existindo qualquer dívida financeira de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2017, a empresa apresentava um passivo corrente superior ao ativo corrente em, aproximadamente, 1.314.761 euros, embora naquele passivo se incluam aproximadamente 1.501.415 Euros de dívidas a empresas do Grupo (Nota 11).

Os Administradores da Aqualvas elaboraram o presente Relatório e apresentam estas Contas Anuais com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em gerar recursos das suas operações.

Os principais objetivos do Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rentabilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativa do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

Nota de garantias

Em 31 de dezembro de 2017, a Aqualvas não é garante do acordo de refinanciamento do grupo FCC.

Em 31 de dezembro de 2016 figurava, juntamente com outras empresas do Grupo FCC, como obrigado e garante solidário dos créditos sindicados subscritos pela Empresa-Mãe, Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., pelo valor de 3.237.357 milhares de euros.



25. LOCAÇÕES

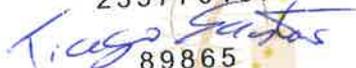
Locações operacionais

Foram celebrados contratos de *renting* com a empresa Leaseplan no ano 2015, pelo período de 36 meses.

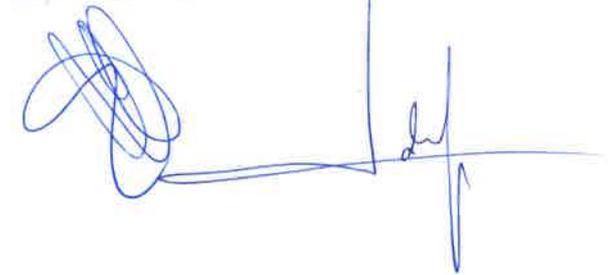
Durante os meses remanescentes prevê-se que venham a ser pagos 17.949,01 Euros, que se discriminam da seguinte forma:

Ano	Valor
2018	17.949,01 €
TOTAL	17.949,01 €

O CONTABILISTA CERTIFICADO

235776157

 89865

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



[Handwritten signature]



4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A. ("Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um ativo total de 5.224.060 euros e um total de capital próprio de 432.953 euros, incluindo um resultado líquido de 54.873 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, n.º7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2018 Para informações contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

NA

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os órgãos de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

NG

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 9 de maio de 2018



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Bettencourt Pereira, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A. ("Entidade"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2017, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2017 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 9 de maio de 2018



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Bettencourt Pereira, ROC